

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.290 - ES (2018/0303046-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : CARLA REGINA DE OLIVEIRA GOMES
AGRAVANTE : SCHLEIDEN PINHEIRO NASCIMENTO
ADVOGADO : FELIPE DE BARROS BRAGA E OUTRO(S) - ES019767
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

CARLA REGINA DE OLIVEIRA GOMES e SCHLEIDEN PINHEIRO NASCIMENTO (CARLA E SCHLEIDEN) ajuizaram ação indenizatória contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), pleiteando reparação por danos decorrentes da não liberação de financiamento imobiliário.

O juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos para condenar a CEF ao pagamento de indenização por danos materiais e morais apurados, fixando honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

O Tribunal capixaba, por sua vez, deu provimento ao apelo interposto pela CEF em acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SUPOSTA OBRIGAÇÃO DA CEF EM FIRMAR CONTRATO DE FINANCIAMENTO APÓS AVALIAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO SOLICITADA PELO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA. DANOS ORIUNDOS DA CONDUTA DOS AUTORES. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.

I. Trata-se de avaliar a existência de responsabilidade civil da Caixa Econômica Federal por suposta demora na liberação de valores de contrato de financiamento de imóvel, que teria gerado prejuízos de ordem material e extrapatrimonial à parte autora.

II. Os autores celebraram contrato de promessa de compra e venda de imóvel, com a construtora Sá Cavalcante, destacando que o montante de R\$ 382,500,00 (trezentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) seria objeto de financiamento junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Superior Tribunal de Justiça

III. Em 05/03/2015, o mencionado valor teria sido aprovado pela CEF, com previsão de liberação até 04/04/2015. Entretanto, asseveram os autores que mesmo após decorridos trinta dias da assinatura do contrato, o montante não foi liberado pela CEF. Diante disso, os autores tiveram que suportar diversos encargos moratórios perante a construtora, em um prejuízo que atingiu a quantia de R\$ 61.630,00 (sessenta e um mil, seiscentos e trinta reais).

IV. A responsabilidade pelos juros de mora e eventuais multas decorre da própria conduta da parte autora, que firmou compromisso de compra e venda com construtora em 04/02/2015, antes mesmo de ter aprovada sua avaliação de risco de crédito perante a CEF, fato este ocorrido em apenas 05/03/2015.

V. Dos termos da inicial, o prejuízo pretensamente suportado pelos autores, no valor de R\$ 61.630,00 (sessenta e um mil, seiscentos e trinta reais) decorreria do ajuste entre os autores e a construtora, sendo certo que o montante de R\$ 39.900,71 (trinta e nove mil novecentos reais e setenta e um centavos), referia-se a valor de indenização e a quantia de R\$21.729,89 (vinte e um mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) relativos a supostos juros.

VI. Entretanto, como se depreende da simples leitura do acordo mencionado os autores foram credores, e não devedores, da quantia de R\$ 39.900,71 (trinta e nove mil novecentos reais e setenta e um centavos), relativa, nos termo da Cláusula Primeira do ajuste, à restituição de taxa de corretagem e danos eventualmente sofridos pelos autores.

VII. De igual modo, não há elementos que permitam inferir que a quantia de R\$21.729,89 (vinte e um mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos) despendida pelos autores vincula-se a juros de mora, sobretudo se considerado que, com o abatimento da indenização da taxa de corretagem, acima referido, o saldo a ser pago mediante financiamento bancário permaneceu inalterado, desde a celebração do compromisso de compra e venda, atingindo o montante de R\$ 382.500,00 (trezentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais).

VIII. Ante a inexistência de conduta irregular da Caixa Econômica Federal, que somente foi instada a promover avaliação de risco de crédito, sem firmar qualquer contrato com a parte autora, deve ser afastada a condenação ao pagamento de compensação por danos morais.

IV. Recurso provido, julgando-se improcedentes os pedidos (e-STJ, fl. 255).

Os dois embargos de declaração opostos por CARLA E SCHLEIDEN foram rejeitados (e-STJ, fls. 282/286 e 305/310).

Superior Tribunal de Justiça

Irresignados, CARLA E SCHLEIDEN interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em que apontaram a violação dos arts. 422 e 427 do CC/02; 6º, 30, 35, 39 e 40 do CDC; e 373, 489 e 1.022 do NCPC, sustentando, em síntese, **1)** que a CEF aceitou a proposta de financiamento por eles proposta, mas negou, posteriormente, a liberação do crédito; **2)** o acórdão não consignou os fundamentos pelos quais não teria aplicado os artigos e provas suscitados em sede de embargos declaratórios; **3)** a proposta de contrato obriga o proponente; **4)** a injustificada demora da CEF em analisar a proposta violou a boa-fé objetiva; e **5)** a CEF não comprovou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito pleiteado na inicial.

O recurso especial não foi admitido pelo Tribunal de origem tendo em vista a incidência das Súmulas nºs 5, 7 e 83 do STJ e a inexistência da negativa de prestação jurisdicional ventilada.

Nas razões do agravo em recurso especial, CARLA E SCHLEIDEN apenas repisaram as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 424/427).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece ser conhecido.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que CARLA E SCHLEIDEN apenas repisaram as teses defendidas no apelo nobre denegado na origem, sem, no entanto, impugnar especificamente a incidência dos óbices sumulares invocados pelo juízo prévio de admissibilidade para negar seguimento ao apelo nobre.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...]

II - Razões de agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios fixados em desfavor de CARLA E SCHLEIDEN, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator